



**PROJETO LEI Nº , DE 2015**  
(Do Sr. Deputado Alfredo Nascimento - PR/AM)

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição de vans destinadas ao transporte escolar ou ao serviço de transporte público alternativo de passageiros.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Ficam isentas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) as vans de fabricação nacional para transporte de 10 (dez) pessoas ou mais, incluindo o motorista, classificadas na posição 87.02 da Tabela de Incidência do IPI (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, destinadas:

I - ao transporte coletivo de estudantes, quando adquiridas por:

a) municípios, estados ou Distrito Federal;

b) entidades educacionais sem fins lucrativos; e

c) profissionais autônomos e suas cooperativas, habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar, na forma do regulamento;

II – ao serviço de transporte público alternativo de passageiros de caráter urbano, inclusive entre municípios e em regiões metropolitanas, quando adquiridos por cooperativas ou profissionais autônomos titulares de autorização, permissão ou concessão para exploração do serviço.

**Art. 2º** O benefício de que trata o art. 1º poderá ser usufruído mais de uma vez, desde que decorridos, no mínimo, três anos da aquisição anterior.



**Art. 3º** A isenção será reconhecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, mediante prévia verificação de que o adquirente preenche os requisitos previstos nesta Lei.

**Art. 4º** Fica assegurada a manutenção do crédito do IPI relativo:

I - às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem efetivamente utilizados na industrialização dos produtos referidos nesta Lei; e

II - ao imposto pago no desembaraço aduaneiro referente a automóvel de passageiros originário e procedente de países integrantes do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, saído do estabelecimento importador de pessoa jurídica fabricante de automóveis da posição 87.02 da TIPI com a isenção de que trata o art. 1º.

**Art. 5º** O imposto incidirá normalmente sobre quaisquer acessórios opcionais que não sejam equipamentos originais do veículo adquirido.

**Art. 6º** A alienação do veículo, adquirido nos termos desta Lei, antes de três anos contados da data de sua aquisição, a pessoas que não satisfaçam às condições e aos requisitos nela estabelecidos, acarretará o pagamento, pelo alienante, do tributo dispensado, atualizado na forma da legislação tributária.

*Parágrafo único.* A inobservância do disposto neste artigo sujeita ainda o alienante ao pagamento de multa e juros moratórios previstos na legislação em vigor para a hipótese de fraude ou falta de pagamento do imposto devido.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



## JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei que ora submeto à consideração dos nobres Pares tem dois objetivos:

1º) completar a desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre vans destinadas ao transporte escolar;

2º) estender a desoneração do IPI às vans destinadas ao transporte público alternativo.

O transporte escolar tem sido contemplado com políticas públicas no âmbito federal, que compreendem várias ações, entre as quais:

a) o Programa Caminho da Escola, voltado para o financiamento dos Estados e Municípios junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a aquisição de ônibus, miniônibus, micro-ônibus e embarcações, no âmbito da educação básica;

b) o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, que objetiva garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, Distrito Federal e Municípios;

c) no âmbito tributário:

1) a redução a zero do IPI para os veículos classificados nos códigos da TIPI **8702.10.00 Ex 02**: veículos automóveis para transporte de dez pessoas ou mais, incluindo o motorista, com motor de pistão, de ignição por compressão - diesel ou semidiesel -, com volume interno de habitáculo, destinado a passageiros e motorista, igual ou superior a 9 m³; e **8702.90.90 Ex 02**: outros, com volume interno de habitáculo destinado a passageiros e motorista, igual ou superior a 9 m³;

2) a redução a zero da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público



(PIS/PASEP) relativamente aos veículos novos montados sob chassis, com capacidade para vinte e três a quarenta e quatro pessoas, classificados nos códigos 8702.10.00 Ex 02 e 8702.90.90 Ex 02 da TIPI, destinados ao transporte escolar para a educação básica das redes estadual e municipal, quando adquiridos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Por um lado, é necessário garantir a atual desoneração do IPI, por meio de isenção do IPI, já que a alíquota zero pode, a qualquer momento, ser elevada por decreto do Poder Executivo, sem prévia anuência do Poder Legislativo. Por outro lado, faz-se mister estender a desoneração a vans menores, isto é, àquelas com volume interno de habitáculo destinado a passageiros e motorista, superior a 6 m<sup>3</sup>, mas inferior a 9 m<sup>3</sup>, hoje tributadas a 10% ou 40%. Tais veículos, menores que os atualmente desonerados com alíquota zero do IPI, também são capazes de transportar dez pessoas ou mais, incluindo o motorista.

No que respeita aos beneficiários da isenção, devem também ser contemplados os profissionais autônomos e suas cooperativas, habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar, assim como as entidades educacionais sem fins lucrativos. Esses segmentos desempenham um papel importante no transporte de estudantes da rede pública e privada e atuam não só na educação básica, como superior.

O Serviço de Transporte Público Alternativo (STPA) vem se incorporando, de forma crescente, ao Sistema de Transporte Público Coletivo, mormente nas regiões metropolitanas, capitais, grandes e médias cidades do País. O STPA tem caráter complementar ao serviço convencional de transporte coletivo. Normalmente, suas linhas não concorrem nem coincidem com as linhas do serviço convencional, devendo a complementaridade suprir o transporte convencional, onde este se mostre inadequado ao tratamento da demanda, em termos econômico-financeiros, geográficos, temporais ou por segmentos diferenciados.

Os veículos utilizados são as “vans” e similares, que tanto têm contribuído para desafogar o trânsito e aumentar a segurança e o conforto dos passageiros. A demanda crescente do mercado vem ensejando sua fabricação pelas montadoras instaladas no País, em substituição a importações. Enquanto os ônibus, usados no transporte coletivo de passageiros, e os táxis, usados no transporte individual, se encontram desonerados de IPI, certos veículos empregados no transporte público alternativo são onerados com alíquotas elevadas desse imposto.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
*Gabinete do Deputado Alfredo Nascimento*

A proposta que ora submeto à apreciação dos meus Pares visa tão somente fazer prevalecer o princípio constitucional tributário da isonomia: *ubi eadem legis ratio, ibi eadem legis dispositio* (onde há a mesma razão da lei, aí se deve aplicar a mesma disposição legal).

Sala das Sessões,

**Deputado Alfredo Nascimento**  
Deputado Federal – PR/AM



## LEGISLAÇÃO CITADA

### **DECRETO Nº 7.660, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011.**

Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto nos incisos I e II do **caput** do art. 4º do Decreto-Lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971, no Decreto nº 2.376, de 12 de novembro de 1997, no inciso XIX do **caput** do art. 2º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e na Resolução Camex nº 94, de 8 de dezembro de 2011,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica aprovada a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI anexa a este Decreto.

Art. 2º A TIPI aprovada por este Decreto tem por base a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM.

Art. 3º A NCM constitui a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias baseada no Sistema Harmonizado - NBM/SH para todos os efeitos previstos no [art. 2º do Decreto-Lei nº 1.154, de 1º de março de 1971](#).

Art. 4º Fica a Secretaria da Receita Federal do Brasil autorizada a adequar a TIPI, sempre que não implicar alteração de alíquota, em decorrência de alterações promovidas na NCM pela Câmara de Comércio Exterior - CAMEX.

Parágrafo único. Aplica-se ao ato de adequação referido no **caput** o disposto no [inciso I do caput do art. 106 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966](#), Código Tributário Nacional - CTN.

Art. 5º A Tabela anexa ao [Decreto nº 4.070, de 28 de dezembro de 2001](#), aplica-se exclusivamente para fins do disposto no [art. 7º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002](#).

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art. 7º Ficam revogados, a partir de 1º de janeiro de 2012:

I - os [arts. 10, 14 e 15 do Decreto nº 7.567, de 15 de setembro de 2011](#);

II - os [arts. 3º a 5º do Decreto nº 7.604, de 10 de novembro de 2011](#);



- III - o [Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006;](#)
- IV - o [Decreto nº 6.024, de 22 de janeiro de 2007;](#)
- V - o [Decreto nº 6.072, de 3 de abril de 2007;](#)
- VI - o [Decreto nº 6.184, de 13 de agosto de 2007;](#)
- VII - o [Decreto nº 6.225, de 4 de outubro de 2007;](#)
- VIII - o [Decreto nº 6.227, de 8 de outubro de 2007;](#)
- IX - o [Decreto nº 6.455, de 12 de maio de 2008;](#)
- X - o [Decreto nº 6.465, de 27 de maio de 2008;](#)
- XI - o [Decreto nº 6.501, de 2 de julho de 2008;](#)
- XII - o [Decreto nº 6.520, de 30 de julho de 2008;](#)
- XIII - o [Decreto nº 6.588, de 1º de outubro de 2008;](#)
- XIV - o [Decreto nº 6.677, de 5 de dezembro de 2008;](#)
- XV - o [Decreto nº 6.687, de 11 de dezembro de 2008;](#)
- XVI - o [Decreto nº 6.696, de 17 de dezembro de 2008;](#)
- XVII - o [Decreto nº 6.723, de 30 de dezembro de 2008;](#)
- XVIII - o [Decreto nº 6.743, de 15 de janeiro de 2009;](#)
- XIX - o [Decreto nº 6.809, de 30 de março de 2009;](#)
- XX - o [Decreto nº 6.890, de 29 de junho de 2009;](#)
- XXI - o [Decreto nº 6.905, de 20 de julho de 2009;](#)
- XXII - o [Decreto nº 6.996, de 30 de outubro de 2009;](#)
- XXIII - o [Decreto nº 7.017, de 26 de novembro de 2009;](#)
- XXIV - o [Decreto nº 7.032, de 14 de dezembro de 2009;](#)
- XXV - o [Decreto nº 7.060 de 30 de dezembro de 2009;](#)
- XXVI - o [Decreto nº 7.145, de 30 de março de 2010;](#)
- XXVII - o [Decreto nº 7.394, de 15 de dezembro de 2010;](#)
- XXVIII - o [Decreto nº 7.437, de 10 de fevereiro de 2011;](#)
- XXIX - [Decreto nº 7.541, de 2 de agosto de 2011;](#)
- XXX - [Decreto nº 7.542, de 2 de agosto de 2011;](#)
- XXXI - [Decreto nº 7.543, de 2 de agosto de 2011;](#)
- XXXII - [Decreto nº 7.614, de 17 de novembro de 2011;](#) e
- XXXIII - [Decreto nº 7.631, de 1º de dezembro de 2011.](#)

Brasília, 23 de dezembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.